

PROCESSO : **7.150-1/2012 (1 VOLUME)**  
INTERESSADO : **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI**  
ASSUNTO : **CONTAS ANUAIS – EXERCÍCIO DE 2011**  
RELATOR : **CONSELHEIRO VALTER ALBANO DA SILVA**

### RELATÓRIO – GOVERNO

Trata o processo **7.150-1/2012** das Contas Anuais de Governo da **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI**, referentes ao exercício de 2011, de responsabilidade do gestor, senhor **Maurício Joel de Sá**, submetido à análise deste Tribunal de Contas, em face da competência disposta no § 2º e do art. 31 da Constituição da República-CR/88, combinado com o inc. I, do art. 210 da Constituição Estadual e com o inc. I, do art. 1º da Lei Complementar Estadual 269 de 29/01/2007 – Lei Orgânica deste Tribunal de Contas.

São características do Município:

**MR 42**

<b>PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI</b>	
Data de Criação do Município	13/05/86
Área Geográfica	1.395 km <sup>2</sup>
Distância da Capital	478 km
Estimativa de População do Município - IBGE – 2011	8.349 habitantes
<b>PARECER PRÉVIO PELO TCE-MT DE 2008 – 2010</b>	
Exercício 2008	parecer prévio favorável a aprovação
Exercício 2009	parecer prévio favorável a aprovação
Exercício 2010	parecer prévio favorável a aprovação

Fontes: IBGE, INEP, Site TCE MT

As referidas contas foram apresentadas com os demonstrativos contábeis assinados pelo citado gestor e pelo Contador, o senhor Euzébio Oly

Medeiros de Oliveira, inscrito no Conselho Regional de Contabilidade (CRC-MT) sob o número 5372-01 TC.

Durante o exercício analisado, o sistema de Controle Interno do Município, ficou sob a responsabilidade do Sr. **Robison Junio Alves dos Santos**.

### 1. Peças de Planejamento

O Poder Executivo elaborou as três peças de planejamento – o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) - e as enviou a este tribunal para registro, conforme a seguir:

PEÇAS DE PLANEJAMENTO	NÚMERO DO PROCESSO	NÚMERO DA LEI	DATA	AUTORIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	REGISTRO
PPA	467-7/2010	557/2009	26/10/09		13/04/10
LDO	23.420-6/2010	596/2010	16/06/10		06/10/11
LOA	1.141-0/2011	623/2010	20/12/10	15,00%	03/10/11

A LOA estimou a receita e fixou a despesa do Município em **R\$ 30.420.400,00** (trinta milhões, quatrocentos e vinte mil e quatrocentos reais ), com autorização para abertura de créditos adicionais suplementares até o limite de 15% do orçamento, com a seguinte distribuição por órgão e entidade:

### DISTRIBUIÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR UNIDADE

	Valor	% Desp
<b>Administração Direta</b>	<b>30.420.400,00</b>	<b>100,00%</b>
Prefeitura Municipal	28.500.400,00	93,69%
Câmara Municipal	1.920.000,00	6,31%
<b>Total Geral Fixado</b>	<b>30.420.400,00</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: LOA, Contas Anuais

Durante o exercício ocorreram alterações orçamentárias, mediante abertura de créditos adicionais decorrentes da anulação de dotações, e excesso de arrecadação, por essa razão, modificando o valor do orçamento inicial, conforme exposto no quadro a seguir:

### DEMONSTRATIVO DAS ALTERAÇÕES DO ORÇAMENTO

TÍTULO	R\$
<b>Orçamento Inicial - Consolidado</b>	<b>30.420.400,00</b>
Administração Indireta	0,00
<b>A) Administração Direta</b>	<b>30.420.400,00</b>
<b>B) Alterações (Adm. Direta)</b>	<b>8.829.084,10</b>
Fonte de Recursos	
Anulação	7.733.719,57
Excesso de Arrecadação	1.095.364,53
<b>C) Anulação de Dotações (Adm. Direta)</b>	<b>0,00</b>
<b>Orçamento Final - Adm Direta (A+B-C)</b>	<b>0,00</b>
<b>Orçamento Final - Consolidado</b>	<b>0,00</b>

A série histórica da Lei Orçamentária, no período de 2008 a 2011, indica que a administração municipal vem apresentando crescimento na estimativa de suas receitas, conforme se pode observar:

## HISTÓRICO DO ORÇAMENTO

	2008	0	2010	2011
Receita Estimada	21.347.000,00	27.256.000,00	30.037.000,00	30.420.400,00
Variação %	-	27,68%	10,20%	1,28%

Fonte: Site TCE-MT

## 2. RECEITAS

As receitas efetivamente arrecadadas pelo Município totalizaram **R\$ 31.524.997,39** (trinta e um milhões, quinhentos e vinte e quatro mil novecentos e noventa e sete reais e trinta e nove centavos), com a seguinte distribuição por categoria econômica e origem:

ESPECIFICAÇÃO	PREVISÃO	VALOR ARRECADADO (R\$)	% (ARRECAÇÃO/ PREVISÃO)
<b>Receitas Correntes</b>	<b>28.061.400,00</b>	<b>30.894.359,15</b>	<b>110,10%</b>
Receita Tributária	2.741.700,00	4.987.136,97	181,90%
Receita de Contribuição	400.600,00	507.959,46	126,80%
Receita Patrimonial	36.000,00	30.183,22	83,84%
Receita de Serviço	688.200,00	831.907,82	120,88%
Transferências Correntes	23.989.000,00	24.309.274,80	101,34%
Outras Receitas	205.900,00	227.896,88	110,68%
<b>Receitas de Capital</b>	<b>2.359.000,00</b>	<b>630.638,24</b>	<b>26,73%</b>
Transferências de Capital	2.359.000,00	630.638,24	26,73%
<b>Total das Receitas</b>	<b>30.420.400,00</b>	<b>31.524.997,39</b>	<b>103,63%</b>

Fonte: LRF, APLIC, Contas Anuais

A receita própria em relação ao total de receitas arrecadadas, já

descontada a contribuição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) atingiu o percentual de **17,87%**, conforme demonstrado a seguir:

RECEITA PRÓPRIA	VALOR (R\$)	% (RECEITA PRÓPRIA/RECEITA ARRECADADA LÍQUIDA)
<b>Imposto</b>	<b>4.599.410,21</b>	<b>14,59%</b>
IPTU	169.131,51	0,54%
IRRF	709.037,20	2,25%
ISSQN	3.561.875,50	11,30%
ITBI	159.366,00	0,51%
<b>Taxa</b>	<b>387.726,76</b>	<b>1,23%</b>
<b>CIP (Contribuição de Iluminação Pública)</b>	<b>507.959,46</b>	<b>1,61%</b>
<b>Multa/Juros de Mora /Correção Monetária s/ Tributos</b>	<b>33.117,79</b>	<b>0,11%</b>
<b>Dívida Ativa Tributária</b>	<b>100.203,70</b>	<b>0,32%</b>
<b>Multa/Juros de Mora/Correção Monetária s/ Dívida Ativa Tributária</b>	<b>6.199,20</b>	<b>0,02%</b>
<b>Total</b>	<b>5.634.617,12</b>	<b>17,87%</b>

Fonte: Contas Anuais

A série histórica das receitas orçamentárias, no período 2008 a 2011, releva a ocorrência de incrementos na arrecadação, conforme demonstrado no quadro a seguir:

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS				
Ano	2008	2009	2010	2011
Receitas Orçamentárias	27.053.811,76	28.913.962,34	29.075.936,16	31.524.997,39

Ano	2008	2009	2010	2011
Variação %	-	6,88%	0,56%	8,42%
% de Receitas Próprias	10,60%	10,94%	19,12%	17,87%

Fonte: Site TCE-MT

## 2.1. DÍVIDA ATIVA

Durante o exercício, os créditos inscritos em Dívida Ativa aumentaram em **90,04%** em relação ao estoque do exercício de 2010, enquanto que a recuperação de créditos representou **13,70%** do mesmo saldo, conforme exposição a seguir:

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>	<b>731.375,25</b>
Inscrições no Exercício	759.880,90
Cobrança e encampação	100.203,70
Cancelamento	1.129,69
<b>SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE</b>	<b>1.389.922,76</b>
<b>% de acréscimo da Dívida Ativa</b>	<b>90,04%</b>
<b>% Recebimento da Dívida Ativa (Cobrança)</b>	<b>13,70%</b>

Fonte: Aplic e Contas Anuais

A série histórica do saldo da Dívida Ativa, no período de 2008 a 2011, indica um crescimento significativo do valor, conforme se pode observar:

## HISTÓRICO DO SALDO DA DÍVIDA ATIVA

ESPECIFICAÇÃO	2008	2009	2010	2011
Saldo Dívida Ativa	432.369,28	604.139,76	731.375,25	1.389.922,76
Variação %	-	39,73%	21,06%	90,04%

Fonte: Site TCE-MT

## 2.2. RECEITA ORÇAMENTÁRIA - COMPARATIVO DAS INFORMAÇÕES CONSTANTES NO PROCESSO DE CONTAS ANUAIS, NO SISTEMA DE AUDITORIA PÚBLICA INFORMATIZADA DE CONTAS - APLIC E NO LRF-CIDADÃO)

Foram constatadas divergências entre os dados registrados no processo de Contas Anuais e os valores informados por meio do sistema e LRF-CIDADÃO, conforme quadro a seguir:

Origens das Receitas	Contas Anuais	Informações Eletrônicas			
		Aplic	Diferença	LRF	Diferença
<b>Receitas Correntes</b>	<b>30.894.359,15</b>	<b>30.894.359,15</b>	<b>0,00</b>	<b>30.894.359,15</b>	<b>0,00</b>
Receita Tributária	4.987.136,97	4.987.136,97	0,00	4.987.136,97	0,00
Receita de Contribuição	507.959,46	507.959,46	0,00	507.959,46	0,00
Receita Patrimonial	30.183,22	30.183,22	0,00	30.183,22	0,00
Receita de Serviço	831.907,82	831.907,82	0,00	831.907,82	0,00
Transferências Correntes	24.309.274,80	24.309.274,80	0,00	24.309.274,80	0,00
Outras Receitas	227.896,88	227.896,88	0,00	227.896,88	0,00
<b>Receitas de Capital</b>	<b>630.638,24</b>	<b>630.638,24</b>	<b>0,00</b>	<b>630.638,24</b>	<b>0,00</b>
Transferências de Capital	630.638,24	630.638,24	0,00	630.638,24	0,00
<b>Total das Receitas</b>	<b>31.524.997,39</b>	<b>31.524.997,39</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Fonte: LRF, APLIC, Contas Anuais

## 3. DESPESAS

As despesas realizadas pelo Município, no exercício, totalizaram **R\$ 31.426.832,02** (trinta e um milhões, quatrocentos e vinte e seis mil oitocentos e

trinta e dois reais e dois centavos ), com a seguinte distribuição por função:

FUNÇÕES	DESPESA AUTORIZADA NA LOA (R\$)	DESPESA REALIZADA (R\$)	% (RELATIVO AO TOTAL DA DESPESA REALIZADA)
01 - Legislativa	1.920.000,00	1.872.406,87	5,96%
04 - Administração	7.283.800,00	8.828.381,49	28,09%
06 - Segurança Pública	122.000,00	139.029,29	0,44%
08 - Assistência Social	1.330.000,00	1.500.689,67	0,00%
09 - Previdência Social	996.100,00	0,00	0,00%
10 - Saúde	6.928.100,00	7.534.678,22	23,98%
11 - Trabalho	200.000,00	349.296,56	1,11%
12 - Educação	6.003.400,00	6.483.457,67	20,63%
13 - Cultura	240.000,00	174.449,60	0,56%
15 - Urbanismo	863.000,00	936.605,35	2,98%
16 - Habitação	130.000,00	144.392,13	0,46%
17 - Saneamento	437.000,00	429.945,41	1,37%
18 - Gestão Ambiental	40.000,00	0,00	0,00%
20 - Agricultura	0	212.934,80	0,68%
22 - Indústria	80.000,00	6.150,00	0,02%
23 - Comércio e Serviços	550.000,00	286.285,45	0,91%
25 - Energia	305.000,00	805.998,92	2,56%
26 - Transporte	965.000,00	914.845,55	2,91%
27 - Desporto e Lazer	538.000,00	482.859,73	1,54%
28 - Transporte/Estradas	200.000,00	0,00	0,00%
29 - Encargos especiais	0,00	324.425,31	1,03%
Reserva de Contingência	1.000.000,00	0,00	0,00%
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 30.420.400,00</b>	<b>R\$ 31.426.832,02</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: LOA, Contas Anuais

### 3.1. Despesa Orçamentária - COMPARATIVO DAS INFORMAÇÕES CONSTANTES NO PROCESSO DE CONTAS ANUAIS, NOS SISTEMA APLIC E LRF-CIDADÃO.

Nesse item, os dados que constam no processo de Contas Anuais também apresentam divergência apenas em relação aos valores informados por meio do sistema LRF-Cidadão, conforme quadro a seguir:

Grupos de Despesas	Contas Anuais	Informações Eletrônicas			
		Aplic	Diferença	LRF	Diferença
<b>Despesas correntes</b>	<b>28.697.052,25</b>	<b>28.697.052,25</b>	<b>0,00</b>	<b>28.695.842,88</b>	<b>1.209,37</b>
Pessoal e Encargos Sociais	15.221.010,04	15.221.010,04	0,00	15.220.491,40	518,64
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	13.476.042,21	13.476.042,21	0,00	13.475.351,48	690,73
<b>Despesas de Capital</b>	<b>2.729.779,77</b>	<b>2.729.779,77</b>	<b>0,00</b>	<b>2.569.728,94</b>	<b>160.050,83</b>
Investimentos	2.405.354,46	2.405.354,46	0,00	2.245.303,63	160.050,83
Amortização da Dívida	324.425,31	324.425,31	0,00	324.425,31	0,00
<b>Total das Despesas</b>	<b>31.426.832,02</b>	<b>31.426.832,02</b>	<b>0,00</b>	<b>31.265.571,82</b>	<b>161.260,20</b>

Fonte: LRF, APLIC, Contas Anuais

#### 4. RESULTADOS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Comparando a **receita estimada** com a efetivamente **arrecadada**, verifica-se excesso de **3,63%** na . A **despesa autorizada** comparada à **despesa realizada** apresenta uma economia orçamentária de **0,28%**, conforme se observa no quadro a seguir:

#### COMPARATIVO ENTRE ORÇADO E EXECUTADO

Receita Prevista	30.420.400,00	Despesa Autorizada	31.515.764,53
Receita Arrecadada	31.524.997,39	Despesa Realizada	31.426.832,02
<b>Excesso na Arrecadação</b>	<b>1.104.597,39</b>	<b>Economia Orçamentária</b>	<b>88.932,51</b>
<b>% da prevista</b>	<b>3,63%</b>	<b>% da autorizada</b>	<b>0,28%</b>

Fonte: Contas Anuais

Na comparação das **receitas arrecadadas** com as **despesas realizadas**, excluídos os valores do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), constata-se *superavit* no resultado orçamentário equivalente a **0,31%** da receita, conforme demonstrado no seguinte quadro:

ESPECIFICAÇÃO	CONSOLIDADO	RPPS	VALOR SEM RPPS
Receita Arrecadada	31.524.997,39	0,00	31.524.997,39
Despesas Realizadas	31.426.832,02	0,00	31.426.832,02
<b>Resultado Orçamentário</b>	<b>98.165,37</b>	<b>0,00</b>	<b>98.165,37</b>
<b>Percentual da Receita</b>	<b>0,31%</b>	<b>0,00</b>	<b>0,31%</b>

Fonte: Contas Anuais

Ao analisar o resultado da execução orçamentária do município, no período de 2008 a 2011, constatou-se superávit orçamentário, com exceção do exercício de 2008, conforme demonstrado a seguir:

Histórico da Execução Orçamentária				
	2008	2009	2010	2011
Receita Arrecadada	0,00	28.913.962,34	29.075.936,16	31.524.997,39
Despesas Realizadas	27.263.245,00	28.290.792,70	29.028.382,55	31.426.832,02
<b>Resultado Orçamentário</b>	<b>-209.433,24</b>	<b>623.169,64</b>	<b>47.553,61</b>	<b>98.165,37</b>

Fonte: Contas Anuais

## 5. Resultado Financeiro (Balanço Patrimonial)

O resultado financeiro, que é a diferença entre ativo financeiro e passivo financeiro, revela a capacidade da Administração em cumprir com seus compromissos de pagamentos imediatos com terceiros.

No exercício é possível verificar equilíbrio entre os direitos e as obrigações de curto prazo, o executivo municipal dispõe de R\$ 1,86 para cada R\$ 1,00 de obrigações de curto prazo.

ESPECIFICAÇÃO	CONSOLIDADO	RPPS	VALOR SEM RPPS
Ativo Financeiro	716.120,03	0,00	716.120,03
Passivo Financeiro	385.835,83	0,00	385.835,83
<b>Resultado Financeiro (Déficit / Superávit)</b>	<b>330.284,20</b>	<b>0,00</b>	<b>330.284,20</b>
<b>Quociente da Situação Financeira</b>	<b>1,86</b>	<b>0</b>	<b>1,86</b>
Passivo Financeiro ( Excluídos os R. P. Não Processados)	225.785,00	0,00	225.785,00
<b>Quociente da Situação Financeira ( Excluídos os R. P. Não Processados)</b>	<b>3,17</b>	<b>0,00</b>	<b>3,17</b>

Fonte: Contas Anuais

A série histórica do quociente da situação financeira, no período de 2008/2011, indica que o poder executivo apresentou capacidade financeira suficiente para honrar seus compromissos de pagamentos imediatos apenas no ano de 2011, conforme se pode observar:

Período		Ativo Financeiro	Passivo Financeiro	Quociente da Situação Financeira *	Quociente da Situação Financeira (excluídos os R. P. Não Processados)
2008	Executivo	294.466,92	711.615,98	0,41	0,41
	Consolidado	294.466,92	711.615,98	0,41	0,41
2009	Executivo	376.496,58	885.999,46	0,42	1,66
	Consolidado	548.949,86	892.962,57	0,61	2,34
2010	Executivo	362.304,64	371.979,71	0,97	2,59
	Consolidado	458.487,32	468.162,39	0,98	1,94
2011	Executivo	716.120,03	385.835,83	1,86	3,17
	Consolidado	716.120,03	385.835,83	1,86	3,17

Fonte: . Aplic

## 6. DÍVIDA PÚBLICA

A Dívida Pública do Poder Executivo Municipal, em 31/12/2011, totalizava **R\$ 1.532.503,93** (um milhão, quinhentos e trinta e dois mil quinhentos e três reais e noventa e três centavos ), constituindo-se de dívidas fluante e fundada:

Títulos	Saldo Exercício 2010	Movimentação no Exercício			Saldo em Dez/2011
		Inscrição	Pagamento	Cancelamento	
<b>DÍVIDA FLUTUANTE</b>	<b>129.977,50</b>	<b>2.868.675,87</b>	<b>2.612.817,54</b>	<b>0,00</b>	<b>385.835,83</b>
Restos a Pagar - Exercícios anteriores - Processado	14.284,37	0,00	14.284,37	0,00	0,00
Restos a Pagar – 2011 – Processado	0,00	462,00	0,00	0,00	462,00

Restos a Pagar – 2011 - Não Processado	0,00	160.050,83	0,00	0,00	160.050,83
Depósitos	115.693,13	2.708.163,04	2.598.533,17	0,00	225.323,00
<b>DÍVIDA FUNDADA INTERNA</b>	<b>1.031.067,91</b>	<b>440.028,50</b>	<b>324.425,31</b>	<b>0,00</b>	<b>1.146.671,10</b>
INSS – Parcelamento	0,00	52.837,66	19.899,68	0,00	32.937,98
REDE Cemat	1.013.487,36	0,00	253.371,84	0,00	760.115,52
PGE – SEMA	17.580,55	7.816,24	25.396,79	0,00	0,00
Pagamento – PASEP	0,00	379.374,60	25.757,00	0,00	353.617,60
<b>TOTAL DA DÍVIDA PÚBLICA</b>	<b>1.161.045,41</b>	<b>3.308.704,37</b>	<b>2.937.242,85</b>	<b>0,00</b>	<b>1.532.506,93</b>

Fonte: Contas Anuais

Ao confrontar as disponibilidades com as obrigações financeiras no período, excluídos os Restos a Pagar não Processados, constata-se que a Administração Direta apresentou **suficiência financeira** para saldar os compromissos de curto prazo, correspondendo a 317,17% sobre o total das obrigações. No resultado consolidado – que abrange as administrações Direta e Indireta – a gestão municipal apresentou um disponibilidade de 317,17%, conforme demonstra o quadro seguinte:

DESCRIÇÃO	CONSOLIDADO	ADM. DIRETA
Disponibilidade Financeira	716.120,03	716.120,03
Obrigações Financeiras	-385.835,83	-385.835,83
Restos a pagar não processados	160.050,83	160.050,83
Obrigações Financeiras menos restos a pagar não processados	225.785,00	225.785,00
Suficiência antes da Inscrição em Restos a Pagar não Processados	490.335,03	490.335,03
<b>% da Disponibilidade Financeira em relação às obrigações</b>	<b>317,17%</b>	<b>317,17%</b>

Fonte: Contas Anuais

A série histórica do saldo da Dívida Pública, no período de 2008 a 2011, demonstra redução, exceto o exercício de 2011, conforme se observa a

seguir:

<b>Histórico do Saldo da Dívida Pública</b>				
<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
Saldo da Dívida Pública	2.808.110,14	2.020.594,31	1.161.045,41	1.532.506,93
Variação %	-	-28,04%	-42,54%	31,99%

Fonte: Site TCE-MT, Contas Anuais, Aplic

## 7. LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

### 7.1 EDUCAÇÃO

#### A) APLICAÇÃO NA EDUCAÇÃO (ART. 212, DA C.F.)

A Administração Municipal, aplicou durante o exercício, o montante de **R\$ 7.899.647,02** (sete milhões, oitocentos e noventa e nove mil seiscentos e quarenta e sete reais e dois centavos) na **Manutenção e Desenvolvimento do Ensino**, correspondendo a 28,57% do total da receita proveniente de impostos municipais e transferências, estadual e federal.

A base de cálculo para obtenção dos percentuais constitucionais destinados à Educação, teve a seguinte formação:

#### Receitas com percentual vinculado à Educação

	<b>LRF</b>	<b>Balanco</b>
<b>Receita Tributária</b>	<b>3.890.373,01</b>	<b>3.890.373,01</b>
IPTU	169.131,51	169.131,51
ITBI	159.366,00	159.366,00

ISSQN	3.561.875,50	3.561.875,50
<b>Transferências Correntes</b>	<b>23.510.564,55</b>	<b>23.645.429,19</b>
Cota-Parte do ICMS	18.369.629,72	18.369.629,72
Cota-Parte do IPVA	272.361,45	272.361,45
Cota-Parte do FPM	4.557.193,60	4.557.193,60
Cota-Parte do ITR	311.379,78	311.379,78
Cota-Parte do Des. Exportações	0,00	134.864,64
<b>Outras Receitas</b>	<b>110.713,88</b>	<b>110.713,88</b>
Receita da Dívida Ativa Tributária	79.682,08	79.682,08
Juros e multas referente à Dívida Ativa Tributária	31.031,80	31.031,80
<b>BASE DE CÁLCULO</b>	<b>27.511.651,44</b>	<b>27.646.516,08</b>
Valor Mínimo	6.877.912,86	6.911.629,02
<b>TOTAL APLICADO EM 2011 (R\$)</b>	<b>6.482.938,95</b>	<b>7.899.647,02</b>
<b>TOTAL APLICADO EM 2011 (%)</b>	<b>23,56%</b>	<b>28,57%</b>
Alunos matriculados	1.502,00	1.502,00
<b>Despesa com Educação (por aluno)</b>	<b>4.316,20</b>	<b>5.259,42</b>

Fonte: LRF, Contas Anuais

<b>Despesas realizadas na manutenção e desenvolvimento do ensino</b>	
<b>DESPESAS</b>	<b>Balanco</b>
Despesas empenhadas na educação	6.483.457,67
(-) Despesas pagas com recursos de programas e convênios referentes ao ensino	-589.052,90
(+) Retenção FUNDEB (15%)	4.675.309,31
(-) Despesas pagas com recurso do FUNDEB	-2.670.067,06
<b>Valor Aplicado na manutenção do ensino</b>	<b>7.899.647,02</b>
<b>Percentual Aplicado</b>	<b>28,57%</b>

Fonte: Contas Anuais

A série histórica da aplicação de recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, no período de 2008 a 2011, indica que a administração municipal de Alto Taquari vem cumprindo a exigência constitucional, conforme se

pode observar:

Histórico - Aplicação Educação (art. 212 CF)				
Ano	2008	2009	2010	2011
Valor Mínimo Fixado	<b>25,00%</b>			
Aplicado	25,98%	33,73%	29,71%	28,57%

Fonte: Site TCE-MT, Contas Anuais

#### B) CONTRIBUIÇÃO E RECEITAS APLICADAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

A contribuição para formação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais do Magistério (FUNDEB) alcançou o montante de **R\$ 4.675.309,31** (quatro milhões, seiscentos e setenta e cinco mil trezentos e nove reais e trinta e um centavos). A receita proveniente desse Fundo totalizou **R\$ 2.670.067,06** (dois milhões, seiscentos e setenta mil e sessenta e sete reais e seis centavos), nos termos da Lei 11.494/2007.

DESCRIÇÃO	LRF	BALANÇO (R\$)
Receita do FUNDEB	2.670.067,06	2.670.067,06
Retenção - FUNDEB	4.675.309,31	4.675.309,31
<b>Diferença</b>	<b>7.345.376,37</b>	<b>7.345.376,37</b>

Fonte: LRF, Contas Anuais

c) Recursos do FUNDEB gastos com Remuneração dos Profissionais da Educação.

Dos recursos recebidos por conta do FUNDEB, 80,45% foram

utilizados na remuneração dos profissionais do Magistério.

ESPECIFICAÇÃO	VALOR (R\$)
Receitas Recebidas do FUNDEB	2.670.067,06
Valor total - salário de professores	2.148.033,61
<b>Aplicação Mínima de 60% (Art. 22 - Lei 11.494/2007)</b>	<b>80,45%</b>

Fonte: Contas Anuais

Ao pesquisar a série histórica da remuneração dos profissionais do Magistério, no mesmo período 2008/2011, é possível concluir que, mesmo apresentando variações, o Município investiu na remuneração dos educadores percentual superior ao estabelecido em lei, conforme demonstra o seguinte quadro:

HISTÓRICO – REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO				
Ano	2008	2009	2010	2011
Valor mínimo fixado	60,00%			
<b>Aplicado</b>	100,00%	110,48%	85,74%	<b>80,45%</b>

Fonte: Site TCE-MT, Contas Anuais

A evolução do número de alunos matriculados nas escolas municipais no período de 2008 a 2011 foi a seguinte:

Histórico - Número de alunos no ensino				
ALUNOS	2008	2009	2010	2011
Matriculados na rede de ensino municipal	1.399	1.303	1.359	1.502
Matriculados no ensino fundamental	835	928	891	947
Varição número de alunos matriculados	-	-0,13%	0,85%	8,84%

(\*) Variação número de alunos matriculados em relação ao ano de 2007.  
Fonte: INEP

## 7.2 SAÚDE

Em Ações e Serviços Públicos de Saúde o Município aplicou, em 2011, o montante de **R\$ 6.368.452,77** (seis milhões, trezentos e sessenta e oito mil quatrocentos e cinquenta e dois reais e setenta e sete centavos ), correspondentes a **23,04%** do produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os art. 158 e 159, inciso I, alínea “b”, e § 3º, todos da Constituição da República.

A base de cálculo do percentual da Saúde foi elaborada em conformidade com o Acórdão 1.098/04, deste Tribunal, ficando as despesas consideradas para efeito de cálculo do percentual aplicado, compostas da seguinte forma:

<b>Receitas com percentual vinculado à Saúde</b>		
	<b>LRF</b>	<b>Balço</b>
<b>Receita Tributária</b>	<b>3.890.373,01</b>	<b>3.890.373,01</b>
IPTU	169.131,51	169.131,51
ITBI	159.366,00	159.366,00
ISSQN	3.561.875,50	3.561.875,50
<b>Transferências Correntes</b>	<b>23.510.564,55</b>	<b>23.645.429,19</b>
Cota-Parte do ICMS	18.369.629,72	18.369.629,72
Cota-Parte do IPVA	272.361,45	272.361,45
Cota-Parte do FPM	4.557.193,60	4.557.193,60
Cota-Parte do ITR	311.379,78	311.379,78
Cota-Parte do Des. Exportações	0,00	134.864,64

<b>Outras Receitas</b>	<b>110.713,88</b>	<b>110.713,88</b>
Receita da Dívida Ativa Tributária	79.682,08	79.682,08
Juros e multas referente à Dívida Ativa Tributária	31.031,80	31.031,80
<b>BASE DE CÁLCULO</b>	<b>27.511.651,44</b>	<b>27.646.516,08</b>
Percentual Mínimo (15 %)	4.126.747,72	4.146.977,41
TOTAL APLICADO EM 2011 (R\$)	6.778.996,72	6.368.452,77
<b>TOTAL APLICADO EM 2011 (%)</b>	<b>24,64%</b>	<b>23,04%</b>
Estimativa de População do Município - IBGE – 2011	8.349,00	8.349,00
Despesa com Saúde (por habitante)	811,95	762,78

Fonte: INEP

<b>Despesas realizadas com a Saúde</b>	
<b>DESPESAS</b>	<b>RELATORIA</b>
Despesas empenhadas no Programa Saúde	7.534.678,22
(+) Despesas com saneamento	429.945,41
(+) Despesas pagas referentes a Restos a Pagar/10	-707.014,71
(-) Restos a pagar não-processados da saúde e saneamento	-63.766,33
(-) Despesas liquidadas a serem pagas com receitas provenientes de captação e tratamento de água	-825.389,82
<b>Valor Aplicado na Saúde</b>	<b>6.368.452,77</b>
<b>Percentual Aplicado</b>	<b>23,04%</b>

Fonte: Contas Anuais

No período 2008/2011, os gastos com ações e serviços públicos de saúde, atenderam à exigência constitucional, superando o percentual de aplicação obrigatória, conforme demonstrado a seguir:

### Histórico - Aplicação na Saúde

Ano	2008	2009	2010	2011
Valor Mínimo Fixado	15,00%			
Aplicado	17,59%	28,77%	22,60%	23,04%

Fonte: Site TCE-MT, Contas Anuais

### 7.3 GASTO COM PESSOAL

A despesa total com pessoal do Poder Executivo foi de **R\$ 14.175.691,57** (quatorze milhões, cento e setenta e cinco mil seiscentos e noventa e um reais e cinquenta e sete centavos ), correspondendo a **45,88%** do total da Receita Corrente Líquida, conforme quadro a seguir:

Base de Cálculo Pessoal - RCL		
	LRF	Balço
Receita Tributária	4.987.136,97	4.987.136,97
IPTU	169.131,51	169.131,51
ITBI	159.366,00	159.366,00
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	709.037,20	709.037,20
ISSQN	3.561.875,50	3.561.875,50
Taxas	387.726,76	387.726,76
<b>Receita de Contribuição</b>	<b>507.959,46</b>	<b>507.959,46</b>
<b>Receita Patrimonial</b>	<b>30.183,22</b>	<b>30.183,22</b>
<b>Receita de Serviço</b>	<b>831.907,82</b>	<b>831.907,82</b>
<b>Transferências Correntes</b>	<b>28.984.584,11</b>	<b>28.984.584,11</b>
Cota-Parte do ICMS	18.369.629,72	18.369.629,72
Cota-Parte do IPVA	272.361,45	272.361,45
Cota-Parte do FPM	4.557.193,60	4.557.193,60
Cota-Parte do ITR	311.379,78	311.379,78
Lei Complementar 87/96	134.864,64	134.864,64
Transferência FUNDEB	2.670.067,06	2.670.067,06
Outras Transferências (Convênio)	2.669.087,86	2.669.087,86
<b>Outras Receitas</b>	<b>227.896,88</b>	<b>227.896,88</b>

	LRF	Balço
Multa/Juros de Mora /Correção Monetária s/ Tributos	33.117,79	33.117,79
Indenização e Restituições	6.199,20	6.199,20
Receita da Dívida Ativa Tributária	21.126,15	21.126,15
Receita da Dívida Ativa não Tributária	100.203,70	100.203,70
<b>DEDUÇÕES - Retenção FUNDEB</b>	<b>4.675.309,31</b>	<b>4.675.309,31</b>
<b>BASE DE CÁLCULO - RCL</b>	<b>30.894.359,15</b>	<b>30.894.359,15</b>
GASTO MÁXIMO COM PESSOAL (54%)	16.682.953,94	16.682.953,94
Total Gasto com Pessoal em 2011	14.175.172,85	14.175.691,57
<b>Percentual gasto com Pessoal em 2011</b>	<b>45,88%</b>	<b>45,88%</b>
Habitantes no município	8.349,00	8.349,00
<b>Receita Corrente Líquida por Habitante</b>	<b>3.700,37</b>	<b>3.700,37</b>

FONTE: LRF, CONTAS ANUAIS

TOTAL DE GASTOS COM PESSOAL			
DESCRIÇÃO	LRF	Balço	%
3190.04 - Contratação por tempo determinado		2.651.203,49	17,42%
3190.11 - Vencimentos e Vantagens Fixas	45,88%	9.965.434,81	65,47%
3190.13 - Obrigações Patronais (RGPS)		2.604.371,74	17,11%
<b>TOTAL</b>	<b>14.175.172,85</b>	<b>15.221.010,04</b>	<b>100,00%</b>

FONTE: LRF, CONTAS ANUAIS

### TOTAL DE DESPESAS COM PESSOAL DO MUNICÍPIO

ESPECIFICAÇÃO	VALOR (R\$)	% DA RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	30.894.359,15	-
LIMITE LEGAL - 60% da RCL	18.536.615,49	60,00%
<b>TOTAL DESPESAS COM PESSOAL</b>	<b>15.221.010,04</b>	<b>49,27%</b>
<b>Executivo (Limite máximo: 54%)</b>	<b>14.175.691,57</b>	<b>45,88%</b>

<b>Legislativo (Limite máximo: 6%)</b>	<b>1.045.318,47</b>	<b>3,38%</b>
--	---------------------	--------------

Fonte: [CONTAS ANUAIS](#)

A série histórica de percentuais dos gastos com pessoal do Poder Executivo em relação à Receita Corrente Líquida, no período 2008/2011, manteve-se sempre abaixo do valor máximo permitido, conforme se observa a seguir:

Ano	2008	2009	2010	2011
Valor Máximo Fixado	54,00%			
Aplicado	<b>34,34%</b>	<b>39,85%</b>	<b>43,51%</b>	<b>45,88%</b>

Fonte: [SITE TCE-MT, CONTAS ANUAIS](#)

#### 7.4 REPASSE AO PODER LEGISLATIVO

O Poder Executivo repassou à Câmara Municipal o equivalente a **7,0%** da receita base arrecadada no exercício anterior, situando-se dentro do limite constitucional, que é de 7%.

Repasse para o Legislativo - § 2º, do art. 29-A, da CF				
Receita Base (R\$)	Repasse (R\$)	% sobre a Receita Base	Limite Máximo	Situação
R\$ 26.889.938,04	1.884.000,00	0,0%	0,0%	Regular

Fonte: [Contas Anuais](#)

A série histórica de percentuais dos repasses para o Poder Legislativo, no período de 2008 a 2011, revela pequenas oscilações, mantendo-se abaixo do valor máximo permitido, exceto no exercício de 2011, conforme se observa a seguir:

<b>Repasso para o Legislativo</b>				
	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>
Valor máximo fixado	<b>8,0%</b>		<b>7,0%</b>	
<b>% repassado</b>	<b>6,4%</b>	<b>6,6%</b>	<b>6,7%</b>	<b>7,0%</b>

Fonte: Site TCE-MT, Contas Anuais

## **8. RESULTADO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NAS ÁREAS DE EDUCAÇÃO E SAÚDE:**

### **A) RESULTADOS NA EDUCAÇÃO E NA SAÚDE:**

A Resolução Normativa 19/2010, deste Tribunal, aprovou a última atualização da avaliação de resultados de políticas públicas nas áreas da educação e da saúde. O cenário levantado traz a desempenho de 10 indicadores avaliados com base em dados e informações de 2009 e 2010.

Os valores obtidos em cada indicador são comparados com a média do Brasil e classificados em índices, os quais são calculados a partir dos escores de desempenho de cada um dos indicadores, sendo eles: 1 – quando o desempenho for melhor do que a média nacional; 0,5 – quando o desempenho for próximo à média nacional, de acordo com o método estatístico de parametrização; 0 - quando o desempenho no indicador de resultado for pior do que a média nacional; 0 – para as situações em que há ausência de informações válidas para o município, caso em que o indicador será considerado em cômputo final do índice; sem valor – para as situações em que há ausência de informações não válidas para o município, caso em que o indicador será excluído do cômputo final do índice.

Confira a seguir o desempenho do Município na área de Educação:

Indicadores	Resultados			
	Média Brasil	Média MT	Município	Índices
Taxa de Cobertura Potencial na Educação Infantil (0 a 6 anos) – 2010	49,16	46,23	66.91	1
Taxa de Reprovação - Rede Municipal - Até a 4ª Série/5º Ano EF - 2010	9,9	5,4	11.70	0
Taxa de Reprovação - Rede Municipal - 5ª a 8ª Série/6º ao 9º Ano EF – 2010	13,8	7,7	21.80	0
Taxa de Abandono - Rede Municipal - Até a 4ª Série/5º Ano EF – 2010	2,2	1	0.40	1
Taxa de Abandono - Rede Municipal - 5ª a 8ª Série/6º ao 9º Ano EF – 2010	6,1	3,3	3.50	1
Distorção Idade-Série - Rede Municipal - Até a 4ª Série/5º Ano EF – 2010	22	14,3	22.80	0
Proporção de Escolas Municipais com Nota na Prova Brasil (Matemática 4ª Série/5º Ano) inferior à Média do Brasil – 2009	52,75	51,02	0.00	1,0
Proporção de Escolas Municipais com Nota na Prova Brasil (Português 4º Série/5º Ano) inferior à Média do Brasil – 2009	51,28	46,54	0.00	1,0
Proporção de Escolas Municipais com Nota na Prova Brasil (Matemática 8ª Série/9º Ano) inferior à Média do Brasil – 2009	54,06	40,89	0.00	1
Proporção de Escolas Municipais com Nota na Prova Brasil (Português 8º Série/9º Ano) inferior à Média do Brasil – 2009	49,59	34,01	0.00	1
<b>INDICE TOTAL (0 a 10)</b>				<b>7.0</b>

Em relação ao resultados na saúde, o Município apresentou os seguintes resultados:

Indicadores	Resultados			
	Média Brasil	Média MT	Município	Índices

Taxa de mortalidade neonatal precoce (2009)	7,72	7,63	6.76	0.5
Taxa de mortalidade infantil (2009)	14,8	16,53	13.51	0.5
Proporção de nascidos vivos de mães com 7 ou mais consultas de pré-natal (2009)	57,86	63,94	62.84	1
Taxa de internação por IRA (infecção respiratória aguda) em menores de 5 anos (2010)	26,32	31,65	0.00	1
Taxa de mortalidade por doença cerebrovascular (2009)	51,84	37,01	15.40	1
Taxa de detecção de hanseníase (2010)	1,82	8,34	2.48	0
Razão de Exames Citopatológicos Cérvico-vaginais em Mulheres de 25 a 59 anos na População Feminina nesta Faixa Etária – 2010	0,17	0,21	0.05	0
Cobertura - Tetravalente (DTP/Hib) (TETRA) – 2010	97,66	97,73	97.28	0.5
Taxa de incidência de dengue (2010)	515,94	1221,99	681.37	0
Incidência de Tuberculose todas as formas – 2010	44,31	38,68	86.72	0
<b>INDICE TOTAL (0 a 10)</b>				<b>4.5</b>

No período 2008/2011, a avaliação das políticas públicas do Município de Alto Taquari apresentou os seguintes resultados:

Indicadores	2008	2009	2010	2011
<b>Educação</b>	<b>7</b>	<b>7</b>	<b>6</b>	<b>7.0</b>
<b>Média MT</b>	5,5	9,5	8	8
<b>Saúde</b>	<b>6</b>	<b>4,5</b>	<b>7,8</b>	<b>4.5</b>
<b>Média MT</b>	2,5	6	4,4	5,5

**B) RESULTADOS NA ÁREA DA SEGURANÇA PÚBLICA:**

A Resolução Normativa 15/2011, deste Tribunal, aprovou a implantação de avaliação dos resultados das políticas na área de segurança pública dos Municípios matogrossenses. A metodologia utilizada traz dados e informações por regiões do Estado formadas por aglomerados de Municípios. No caso destes autos, o Município de Alto Taquari está inserido na região de Barra do Garças + Alto Araguaia.

A tabela 1 apresenta o índice de desempenho regional em 2010, bem como os valores dos indicadores que o compõem. Já a tabela 2, apresenta dados do resultado das variações de 2009 e 2010, conforme demonstrado a seguir:

**Tabela 1 – índice de desempenho regional em 2010**

Regionais	Taxa de violência letal intencional – 2010	Taxa de violência letal não intencional no trânsito – 2010	Taxa de crimes contra o patrimônio – veículos – 2010	Taxa de crimes contra o patrimônio – exceto veículos – 2010	Taxa de Homicídio de mulheres – 2010	Taxa de homicídio de crianças e adolescentes – 0a 18 anos – 2010	Taxa de homicídio de jovens – 19 a 29 anos – 2010	Índice de vitimização e criminalidade – 2010	Situação da regional em relação ao fenômeno
Barra do Garças + Alto Araguaia	0	0,66	0,33	0,71	0,19	0	0,16	2,94	Boa-regular

**Tabela 2 – Variações dos resultados 2009/2010**

Regionais	Variação da taxa de violência letal intencional – (2009-2010)	Variação da taxa de violência letal não intencional no trânsito – (2009-2010)	Variação da taxa de crimes contra o patrimônio – veículos – (2009-2010)	Variação da taxa de crimes contra o patrimônio – exceto veículos – (2009-2010)	Variação da taxa de Homicídio de mulheres – (2009-2010)	Variação da taxa de homicídio de crianças e adolescentes – 0a 18 anos – (2009-2010)	Variação da taxa de homicídio de jovens – 19 a 29 anos – (2009-2010)	Índice de Variação (2009 – 2010)	Situação da regional em relação a variação
Barra do Garças + Alto Araguaia	0	0,2	0,53	0,61	0,46	0	0,36	3,08	Boa-regular

### c) FIRJAN

O Índice FIRJAN (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro de Gestão Fiscal – IFGF), foi criado pelo Sistema FIRJAN para avaliar a qualidade de gestão fiscal dos municípios brasileiros, o qual traz dados do ano base de 2010. Tendo como objetivo estimular a cultura da responsabilidade administrativa, por meio de indicadores que possibilitem o aperfeiçoamento das decisões quanto à alocação dos recursos públicos, bem como maior controle social da gestão fiscal dos municípios. Essas informações são coletadas na Secretaria do Tesouro Nacional, cujos dados são alimentados pelos próprios municípios.

O IFGF é composto por 5 quesitos conforme descritos a seguir:

- **IFGF Receita Própria** - referente à capacidade de arrecadação de cada município;
- **IFGF Gasto com Pessoal** - representa quanto os municípios gastam com pagamento de pessoal, medindo o grau de rigidez do orçamento;
- **IFGF Liquidez** - responsável por verificar a relação entre o total de restos a pagar acumulados no ano e os ativos financeiros disponíveis para cobri-los no exercício seguinte;
- **IFGF Investimentos** - acompanha o total de investimentos em relação à receita líquida;
- **IFGF Custo da Dívida** - avalia o comprometimento do orçamento com o pagamento de juros e amortizações de empréstimos contraídos em exercícios anteriores.

Os quatro primeiros índices têm peso de 22,5% sobre o resultado final.

O IFGF Custo da Dívida, por sua vez, tem peso de 10%, por conta do baixo grau de endividamento dos municípios brasileiros.

O índice varia entre 0 e 1, quanto maior, melhor é a gestão fiscal do município.

Cada município é classificado com conceitos:

- **A** (Gestão de Excelência, acima de 0,8001 pontos);
- **B** (Boa Gestão, entre 0,6001 e 0,8);
- **C** (Gestão em Dificuldade, entre 0,4001 e 0,6)
- **D** (Gestão Crítica, inferiores a 0,4 pontos).

O município de Alto Taquari, ficou acima da média nacional e estadual, apresentando conceito B do IFGF.

Ranking IFGF Nacional	Ranking IFGF Estadual	IFGF Alto Taquari	Média IFGF – MT	Média IFGF – Brasil
1815º	75º	0,6076	0,6023	0,5321

Fonte: [www.firjan.org.br](http://www.firjan.org.br)

## 9. DO RELATÓRIO TÉCNICO DE AUDITORIA.

Sob a coordenação da Secretaria de Controle Externo da Segunda Relatoria, a **AUDITOR PÚBLICO EXTERNO, MARIA DAS DORES SILVA MODESTO**, após a análise do processo e, ainda, com base em informações prestadas a este tribunal por meio do sistema APLIC, elaboraram o relatório de auditoria às **fls. 127-164**, relacionando

## 02 irregularidades.

Efetuada a citação regimental, conforme documento que consta às fls. 167, o prefeito municipal apresentou a sua defesa com as justificativas e documentos que entendeu pertinentes às fls. 175/276. Após a análise dos argumentos do gestor, os técnicos concluíram, às fls. 278/281, por sanar as irregularidades apontadas.

### 10. PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS.

Submetido o processo à apreciação do Ministério Público de Contas, Procurador, Dr. William de Almeida Brito Júnior, por meio do Parecer **2611/2012** (fls. 284/294), manifestou pela emissão de **Parecer Prévio Favorável** à aprovação das contas anuais da Prefeitura Municipal de Alto Taquari, referentes ao exercício financeiro de 2011, com recomendação.

**Esse é o Relatório.**